

## A PARTICIPAÇÃO DOS COMITÊS DE BACIA NA GESTÃO DAS ÁGUAS

A Lei nº 9.433/1997 introduziu um fundamento novo, até então, na legislação federal sobre recursos hídricos: a descentralização e a participação dos poderes públicos, dos usuários e das comunidades na gestão das águas. Tais fundamentos são materializados na Lei por meio dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH). Estes organismos colegiados integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e são responsáveis pela discussão e deliberação das questões relacionadas aos recursos hídricos nas respectivas bacias hidrográficas. Assim, o CBH é a instância-base dessa nova forma de fazer política: descentralizada, por bacia hidrográfica e contando com a participação dos poderes públicos, dos usuários e das organizações da sociedade civil.

A importância dos comitês pode ser constatada por meio do crescimento do número de colegiados no Brasil nos últimos 30 anos – passando de apenas dois no final da década de 80 para mais de duzentos atualmente.

No entanto, o ritmo de criação de comitês não foi acompanhado pela estruturação de meios para garantir o adequado funcionamento dos colegiados. Muitos CBH não têm a mínima estrutura necessária para que possam desempenhar suas competências a contento. Nesse sentido, a ANA lançou em 2016 o Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (Procomitês), cujo objetivo principal é justamente apoiar o funcionamento destes colegiados. Com a iniciativa, a Agência busca aprimorar, fortalecer e consolidar a gestão participativa dos recursos hídricos.

Nessa edição vamos tratar da importância da variável “comitês de bacias e organismos colegiados” para o avanço da gestão de águas.

## VARIÁVEL 1.6: COMITÊS DE BACIAS E ORGANISMOS COLEGIADOS

A meta estadual “Comitês de Bacias e Organismos Colegiados” do grupo das variáveis legais, institucionais e de articulação social verifica a instalação de comitês de bacia nas regiões críticas de cada estado em termos de comprometimento hídrico.

É uma variável de avaliação facultativa para os estados com tipologias A e B e de avaliação obrigatória para as tipologias C e D. Possui quatro níveis de exigência que variam da inexistência de comitês estaduais de bacias ou de organismos colegiados de recursos hídricos (tais como associações de usuários, comissões gestoras de açudes etc.), até a existência destes em todas as áreas de criticidade hídrica no estado.

O nível de exigência varia de acordo com a tipologia de gestão de cada estado, conforme o quadro a seguir:

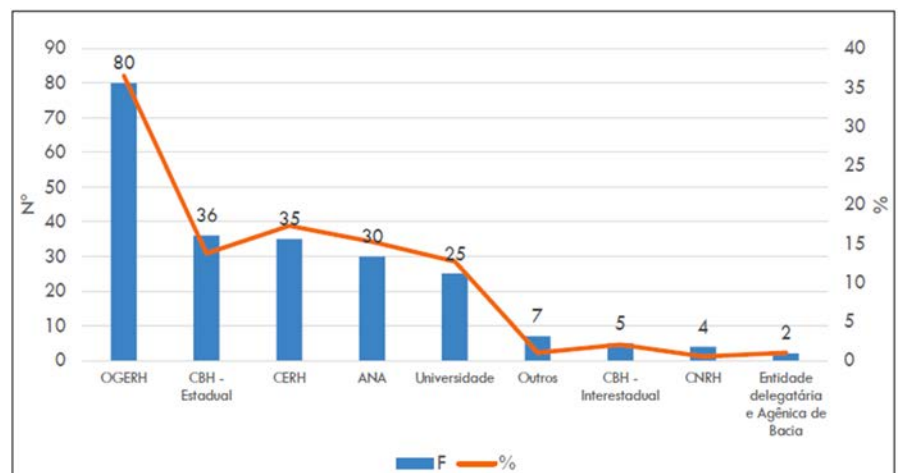
TIPOLOGIA	NÍVEL MÍNIMO DE ATENDIMENTO
A	≥ 2
B	≥ 2
C	≥ 2
D	≥ 3

Assim, a variável 1.6 revela o grau de implementação da gestão participativa da água nos estados, para o enfrentamento dos problemas relacionados aos recursos hídricos, por meio da existência de organismos colegiados para gestão de águas.

## ANA CONCLUI PESQUISA DELPHI SOBRE O PROGESTÃO

Foi encerrada no dia 3 de outubro a segunda fase da pesquisa com base na metodologia Delphi para coletar impressões dos principais atores do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) sobre o Progestão. A segunda etapa contou com 224 respondentes, os quais apontaram sugestões de aprimoramento do Programa, com foco nas metas de gerenciamento estadual.

As informações coletadas estão sendo incorporadas ao processo de renovação para o segundo ciclo do Progestão que terá início em 2017. Brevemente os resultados da pesquisa estarão disponíveis na *internet* na página do Progestão.



Distribuição dos participantes da 2ª fase da pesquisa Delphi sobre o Progestão

## A GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS EM SANTA CATARINA

A Lei de Santa Catarina que instituiu o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos foi promulgada em 6 de maio de 1993. Neste mesmo ano foi criado o primeiro comitê de gerenciamento de bacia hidrográfica do estado: o Comitê do Rio Cubatão do Sul. De lá para cá, mais dezesseis comitês foram criados e estes colegiados são os principais meios de promover a gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos catarinenses.

Até meados de 2016 os comitês de Santa Catarina tinham o seu funcionamento apoiado por consultores técnicos – sendo um para cada comitê – contratados por meio do Programa SC Rural/Banco Mundial. Cada comitê conta também com um veículo para auxiliar nos deslocamentos dos membros e dos consultores na realização das ações cotidianas dos colegiados.

Os comitês catarinenses recebem apoio financeiro do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), através da compensação financeira que o Estado recebe pelo aproveitamento hidroenergético, para que os mesmos se fortaleçam e funcionem. Com estes recursos, cada comitê gasta com a compra de material de consumo, equipamentos e material permanente, consultorias e serviços. Além das ações de operacionalização dos Comitês, destacam-se ainda, atividades de seminários, plantio e distribuição de mudas de plantas nativas, monitoramento de nascentes entre outras.

Atualmente no âmbito da Diretoria de Recursos Hídricos da Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável (DRH/SDS), juntamente com todos os comitês de bacias, está sendo viabilizada a implantação de entidades executivas em conformidade com a legislação federal vigente ([Lei nº 13.019/2014](#)), que não permitirá mais a formalização de convênios. O objetivo da medida é delegar a instituições a



Mapa com a distribuição territorial dos comitês de bacia catarinenses

afins, por meio de instrumentos legais, a atribuição de entidades executivas dos 16 comitês de bacias hidrográficas catarinenses. Assim, estas instituições poderão exercer o papel de secretaria executiva dos comitês e atender às suas demandas técnicas, legais e administrativas.

## ESPÍRITO SANTO, RIO GRANDE DO NORTE E SANTA CATARINA ADEREM AO PROCOMITÊS

Nos dias 7, 9 e 25 de novembro foram assinados pelos estados do Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Santa Catarina, respectivamente, os primeiros decretos de adesão ao Procomitês. O Programa terá cinco anos de duração e, assim como no Progestão, a adesão dos estados (bem como dos comitês) é voluntária e o repasse de recursos é condicionado ao cumprimento de metas pré-estabelecidas e negociadas junto à ANA. O Programa busca consolidar e fortalecer a gestão participativa por meio do repasse de recursos para o apoio ao funcionamento de comitês de bacias estaduais. Os órgãos gestores de recursos hídricos serão os responsáveis pela coordenação das ações relacionadas ao Programa em seus domínios, em parceria com os conselhos estaduais de recursos hídricos e com os comitês de bacia.

## PROGESTÃO É TEMA DE OFICINA NO XIII SIMPÓSIO DA ABRH NORDESTE

Em 9 de novembro aconteceu a Oficina sobre o Progestão como parte da programação paralela do XIII Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste, ocorrido em Aracaju/SE.

A Oficina foi voltada a representantes de órgãos gestores de recursos hídricos, membros de conselhos estaduais de recursos hídricos, de comitês de bacias, de instituições de ensino e pesquisa, além de representantes dos setores usuários com objetivo de apresentar os resultados da pesquisa Delphi sobre as variáveis de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual, bem como a avaliação do Programa conduzida em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Durante a Oficina houve reflexões e propostas para os novos contratos do programa que deverão ser celebrados em 2017. Para mais informações sobre a Oficina, acesse a página do Progestão na internet, no menu superior em "EVENTOS".

## BRASÍLIA SEDIA OFICINA SOBRE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Entre 31 de outubro e 1º de novembro a ANA realizou a primeira oficina sobre águas subterrâneas no âmbito do Progestão. O evento teve como objetivo principal capacitar técnicos dos estados para o preenchimento adequado e consistente das informações sobre poços no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNAUH).

Participaram desta primeira oficina representantes do Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Piauí, Paraíba, Rondônia e Roraima.



Oficina de águas subterrâneas – foto: ASCOM/ANA

**Diretor da Área de Gestão:** Paulo Varella  
**SAS:** Humberto Gonçalves e Carlos Motta  
**COAPP:** Ludmila Alves e Brandina Amorim  
**CONTATO:** [progestao@ana.gov.br](mailto:progestao@ana.gov.br)  
**BOLETIM PROGESTÃO** Dezembro 2016